CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS NO SERTÃO SANFRANCISCANO

Breno Trindade da Silva[1]

Resumo: Ao longo das últimas décadas diferentes agrupamentos sociais do Norte de Minas Gerais vêm se organizando politicamente, reivindicando o pertencimento à sistemas identitários próprios. Trata-se de grupos indígenas, quilombolas, geraizeiros, vazanteiros, caatingueiros, apanhadores de flores sempre vivas, vacarianos e veredeiros que, apesar de manifestarem diferentes estruturas culturais, coadunam suas lutas em alianças que visam um objetivo comum, o direito aos territórios tradicionais historicamente ocupados. Com objetivo de situar as dinâmicas sociopolíticas e territoriais que esses grupos estão vinculados, apresento quatro diferentes perspectivas que devem ser percebidas como fundamentais para se compreender o presente etnográfico experienciado junto às comunidades tradicionais do Norte de Minas Gerais. Trata-se dos processos históricos que moldaram a estrutura fundiária do Brasil rural e que influíram diretamente nos sistemas de organização territorial da região; da cultura institucionalizada pelos currais da Bahia e de Pernambuco, que consolidaram uma forma própria de relação entre humano, gado e ambiente; das particularidades da região sanfranciscana, como atributo político e identitário desses povos, e, por último, da memória indígena que, apesar de fluída, converteu-se como referência junto aos grupos tradicionais da região.

Palavras-chave: povos tradicionais, Médio São Francisco, territórios tradicionais, processos históricos.

Abstract: In recent decades, various social groups in the northern region of Minas Gerais have been forming political organizations, asserting their distinct identity systems. These include indigenous groups, quilombolas, geraizeiros, vazanteiros, caatingueiros, pickers of flowers, vacarianos, and veredeiros. Despite manifesting different cultural structures, these groups combine their struggles in alliances aimed at a common goal: the right to the traditional territories they have historically occupied. In order to contextualize the socio-political and territorial dynamics to which these groups are linked, four different perspectives are presented, which should be considered fundamental to understanding the ethnographic present experienced with the traditional communities of northern Minas Gerais. These are the historical processes that have shaped the land structure of rural Brazil and have directly influenced the region's territorial organization systems. They include the culture institutionalized by the corrals of Bahia and Pernambuco, which have consolidated their own form of relationship between humans. The following topics will be addressed: cattle and the environment; the particularities of the San Francisco region as a political and identity attribute of these peoples; and finally, indigenous memory, which, although fluid, has become a reference point for the region's traditional groups.

Keywords: traditional peoples, Middle São Francisco, traditional territories, historical processes.

[1] Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília e pós-doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais, atua junto aos povos e comunidades tradicionais do Norte de Minas, na região do Médio São Francisco. Foi bolsista CNPQ e CAPES. E-mail: breno.trindade26@gmail.com. ORCID: 0000-0003-4981-5393.

Introdução

Minas Gerais carrega no seu próprio nome a dualidade de experiências históricas em que, ao mesmo tempo diferentes, tornam-se complementares, mas que, devido às suas particularidades, formaram mundos distintos que compõe um mesmo estado. As Minas, porção correspondente ao Ciclo do Ouro, tiveram como epicentro a região central do estado (ABREU, 1998 [1907]; ANTONIL, 1837; COSTA, 2003; RIBEIRO, 2006). A exploração que se desdobrou ao longo do século XVIII criou dinâmicas políticas e territoriais próprias com grande centralidade do poder pela Coroa portuguesa.

Por outro lado, nos sertões sanfranciscanos, outro mundo se criou, onde as dinâmicas vividas por diferentes grupos sociais se formaram com íntima relação junto aos variados ecossistemas que compõem a região. A experiência dos currais, grandes áreas que tinham na pecuária extensiva sua principal atividade, foram base para produção de carne, couro e demais alimentos, tanto para o fornecimento na região mineradora como para o abastecimento do litoral e seus grandes centros urbanos. Ressalta Marco Antônio Coelho (2005) que foi a pecuária quem deu suporte à corrida alucinada para mineração, não só na região central de Minas Gerais, mas, inclusive, nos locais mais distantes do litoral, como nas barrancas e nas ribeiras dos rios em Mato Grosso e Goiás. Assim, como destacou Mônica Nogueira (2017), Minas e Gerais se constituíram por meio de uma antinomia, entre o fausto do ouro e a rudeza dos currais.

Para qualquer pesquisador que busque se aventurar no Norte de Minas Gerais,[2] independente da área de conhecimento, três categorias são fundamentais, *Gerais*, *Sertão* e *Cerrado*. Polissêmicas, essas categorias carregam diferentes significados e apropriações que variam entre classificações ambientais, geográficas, históricas, políticas e existenciais, pois, se "Sertão! *é dentro da gente*", como escreveu João Guimarães Rosa (2019 [1956]), sua imensidão também é física. Introduz o autor:

> Ah, que tem maior! Lugar sertão se divulga: <u>é onde os pastos carecem de fechos</u>; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade (ROSA, 2019 [1956], p. 13, grifo nosso).

[2] Ao utilizar a categoria "Norte de Minas", no presente trabalho, refiro-me menos aos contornos geográficos de uma dada região administrativa do Estado, enquanto Unidade Federativa, do que ao norte habitado por povos específicos onde, muitas vezes, suas fronteiras não coincidirão com os contornos institucionalizados.

Fazendo um contraponto a partir da mesma obra, Nogueira (2017) abre um dos capítulos do seu livro com a provocação de que "*o grande sertão de Minas é gerais*". Lembra que o termo *gerais* é utilizado desde o Brasil colônia e se refere às vastas paisagens de campos que se estendem de norte a sul do país, coincidindo muitas vezes com áreas do bioma Cerrado.

Se de um lado gerais se confunde e, às vezes, se sobrepõe ao Cerrado, por outro, gerais também é *sertão*. Argumenta Ricardo Ribeiro que o termo sertão trata de uma corruptela de "desertão", espaço sem gente, de natureza inóspita, rústico. Ao refletir as classificações desse ambiente ao longo da história, o autor argumenta que "[...] desertar é apenas uma forma de deserdar seus habitantes, esvaziar é uma estratégia histórica para justificar a dominação: o que não é de ninguém pode ser meu, precisa e deve ser apropriado por alguém de mérito". Trata-se de justificar as estruturas de dominação do colonizador sobre a nova realidade com que ele se depara. Para o autor, o Cerrado e a Caatinga, são construídos política e historicamente como ambientes desertados, passam a ser compreendidos como sendo uma natureza menor, "mais que um desafio, uma ameaça a ser vencida, transformada à imagem e semelhança do universo civilizado" (RIBEIRO, 2006, p. 6). Tais perspectivas devem ser percebidas como construções epistêmicas que perduram até os dias de hoje.

Arturo Escobar (2005) questiona a persistente marginalização dos modelos culturalmente específicos da natureza e da construção dos ecossistemas submetidos historicamente ao colonialismo ocidental. Para o autor, trata-se de dispositivos epistemológicos profundamente enraizados em modelos eurocêntricos estruturantes das teorias sociais que marcam nossa percepção sobre esses ambientes.

Ponto de destaque é que, às margens e em constante interação com as dinâmicas impulsionadas por ciclos econômicos hegemônicos que estruturaram a construção histórica colonial brasileira, uma série de grupos sociais se estabeleceram nas áreas de sertão e em especial na região Norte de Minas, antes, durante ou após os processos coloniais que ocorreram ao longo dos séculos. Nas últimas décadas, esses grupos, coletivos e comunidades, a partir da mobilização política e acesso a dispositivos legais, emergiram acionando diferentes categorias identitárias, na busca por reconhecimento e ampliação de direitos sociais. Entre a diversidade desses grupos, destacam-se os povos indígenas Xakriabá e Tuxá, centenas de comunidades quilombolas, além de outras tantas

comunidades geraizeiras, vacarianas,[3] vazanteiras, catingueiras, apanhadoras de flores, assim como as comunidades veredeiras, grupo com que tive a oportunidade de desenvolver estudos aprofundados ao longo do doutoramento.[4] Esses grupos e comunidades, nos últimos anos, passaram a se organizar com base no que se compreende como "novos movimentos sociais",[5] constituindo uma rede política reconhecida a nível nacional, denominada Articulação Rosalina Gomes de Povos Tradicionais.[6]

Propõe Paul Little (2002), para entendermos os diferentes processos territoriais (OLIVEIRA, 1998) que levaram aos arranjos fundiários existentes hoje no Brasil, que se faz necessário atentarmos para incessantes movimentos de expansão de fronteiras vinculados às frentes de colonização. Little destaca que as histórias das fronteiras no Brasil tratam-se, necessariamente, de uma história territorial, uma vez que a expansão de um determinado grupo social, munido de suas formas próprias de se relacionar com o meio, entra em choque com outras territorialidades dos grupos já existentes naquele espaço. Para o autor, cada frente de expansão produziu um conjunto próprio de choques territoriais, que, por sua vez, provocou distintas ondas de territorialização por parte de povos indígenas, grupos negros e tantos outros povos marginalizados dentro de um modelo político/econômico dominante (LITTLE, 2002).

Buscar compreender as dinâmicas dos povos tradicionais do Norte de Minas com base nos processos que culminaram na sua organização política demanda, além da abordagem sincrônica vivida a partir da experiência etnográfica do trabalho de campo, a consideração de elementos históricos importantes que, direta ou indiretamente, influíram no tempo atual. Não se trata aqui de reconstruir uma narrativa histórica da ocupação do sertão Norte-mineiro, mas indicar dinâmicas históricas que, de alguma maneira, estruturam as práticas tradicionais, como:

---

[3] Recentemente, um conjunto de comunidades que habita a bacia dos rios Vacarias e Peixe Bravo, situados na porção Norte de Minas Gerais, passou a se autorreconhecer como povo vacariano.

[4] As comunidades veredeiras são grupos culturalmente diferenciados que têm como principal elemento identitário as relações ecológicas estabelecidas com seus ambientes específicos, em especial com as veredas, áreas alagadas na qual se encontra uma rica biodiversidade, como àquelas espécies que são características de ambientes úmidos, chamadas de espécies-chave, como o **buriti (*Mauritia flexuosa*) e o xiriri (*Mauritiella armata*)**. Estão distribuídas nos municípios mineiros localizados a margem esquerda do rio São Francisco, como Januária, Bonito de Minas, Chapada Gaúcha, São Francisco e Cônego Marinho (SILVA, 2023).

[5] Sobre "novos movimentos sociais" e a construção de "novas identidades coletivas", ver Alfredo Wagner Berno de Almeida (2008).

[6] Desde 2018 venho contribuindo junto à Articulação Rosalino Gomes de Povos Tradicionais e com o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA-NM na produção de materiais técnicos, vinculados ao reconhecimento de direitos territoriais e mediações em situações de conflitos ambientais.

- o manejo do gado a partir do sistema hiperextensivo, fazendo uso dos amplos planaltos sanfranciscanos e de sua diversidade de gramíneas;
- a produção de sementes crioulas que passa a ser retomada em contrapartida ao avanço da agroindústria e extração de frutos do Cerrado, importante mecanismo que orienta a defesa do bioma;
- das formas organizativas vividas hoje pelas comunidades da região.

Vale ressaltar que não advogo uma continuidade histórica ideal que legitimaria uma dada tradição. Pelo contrário: compreendo que as práticas atuais, por mais que tenham um vínculo processual com o passado, também são construídas e adaptadas com base no conhecimento e na capacidade criativa/adaptativa dos indivíduos no presente, a partir de sua relação com o ambiente e das ressignificações de sua experiência em grupo.

Para compreender parte dos processos que modelaram a vida social e política dos povos tradicionais do Norte de Minas Gerais, tomo como base as dinâmicas de ocupação da região, que ficou conhecida como região sanfranciscana/são-franciscana[7]. Para isso abordarei quatro diferentes perspectivas que devem ser percebidas como fundamentais para se compreender o presente etnográfico experienciado junto às comunidades tradicionais do Norte de Minas Gerais:

- O primeiro se refere aos processos que moldaram a estrutura fundiária do Brasil rural, as sesmarias, mas que configuraram de forma própria as terras sertanejas;
- o segundo ponto se refere à cultura dos currais, regiões de criação de gado que se consolidaram ao mesmo tempo em que formaram os vários povoados do Médio e Médio-Alto Vale do São Francisco;
- no terceiro ponto, discorro sobre as particularidades da região sanfranciscana e de sua importância para a formação de identidades próprias;
- e, por último, abordo a memória indígena que, apesar de fluída entre os vários grupos sociais da região, se mostra muito viva na condição de um passado ainda presente, tornando-se referência para o movimento político iniciado pelos povos e comunidades tradicionais nos tempos atuais.

Da imensidão do sertão ou das possíveis origens do latifúndio

[7] A grafia irá variar de acordo com a fonte e o período pesquisado. Opto por utilizar no presente trabalho o termo sanfranciscano(a).

Quando iniciei os trabalhos entre os veredeiros e buscava a identificação territorial das comunidades, percebi que elas estavam localizadas sempre em imensas áreas nomeadas com base em alguma fazenda antiga da região. Entre as localizações mais comuns, estavam a Fazenda Picos, Fazenda Alegre, Fazenda Angicos, Fazenda Flores, Fazenda Floriano, esta última também conhecida como Fazenda Lagoa. Todas essas fazendas estavam localizadas nos municípios mineiros de Januária, Bonito de Minas e São Francisco. Nos documentos de divisão de terras[8] dessas fazendas, datados da metade do século XIX e anos 1930, é possível localizar alguns dos sobrenomes de famílias que estruturam os principais troncos de parentesco locais. Quando eu tentava buscar maiores informações sobre a origem das divisões de terras das antigas fazendas, muitos moradores argumentavam que se tratava de terras oriundas de "cartas sesmarias" e que o conhecimento era pouco por não terem vivido naquela época (SILVA, 2023).

Eduardo Magalhães Ribeiro (2010), que atuou junto às comunidades próximas ao rio dos Cochos, identifica na sua área de pesquisa que as fazendas antigas são denominadas como *fazendas gerais*:

> Na região os grupos de comunidades rurais ficavam compreendidos em uma grande área que os moradores mais antigos denominavam *fazenda geral*. A fazenda geral Mamede, a fazenda geral Maria Criola; a Tejuco Pandeiros, Macaúba, Itapiraçaba: essas e muitas outras ainda são a base da divisão da área rural de Januária, Cônego Marinho e Bonito de Minas. Fazendas gerais, além de conter muitas áreas sem donos e outras dominadas por sítios e fazendas, reúnem logradouros – lugares dominados por pastejo em meio às chapadas de soltas -, veredas e *capões*, que são as áreas de terras mais férteis em meio aos chapadões de gerais (RIBEIRO, 2010, p. 27).

A partir da categoria "*carta sesmarias*", compartilhadas pelos moradores antigos das comunidades veredeiras, e pelas informações trazidas por Ribeiro (2010), uma possibilidade de compreensão dessa forma de organização fundiária está nas próprias divisões de terras do período colonial, que teve como principal política fundiária as sesmarias. São recorrentes no debate histórico aqueles que, como Marco Antônio Coelho (2005), defendem a tese de que as sesmarias foram uma das principais formas que estruturaram o Brasil rural. Para este autor, devido à imensidão das terras de além-mar e os limites de investimentos da Coroa portuguesa, o único projeto de colonização viável

[8] Documentos disponíveis no Fórum de Januária-MG e no Arquivo Público Mineiro, respectivamente.

foi a doação de grandes extensões de terras àqueles que se dispunham a se aventurar no Novo Mundo.

Inicialmente, as sesmarias eram a principal estratégia de ocupação do território, sem que houvesse necessidade de nenhum tipo de investimento por parte da Coroa pois, dessa forma, as terras ainda eram um patrimônio dos soberanos de Lisboa. Por outro lado, os aventureiros que dispunham de recursos financeiros para se lançarem nessa empreitada eram beneficiados com grandes vantagens, pois eles possuíam imensos latifúndios destinados à monocultura, principalmente no litoral; ou à criação de gado, exercida nas áreas interioranas do sertão. Eles também contavam com indígenas aprisionados e grupos africanos escravizados que, posteriormente, tornaram-se base para a estrutura econômica colonial. Na concepção de Sérgio Buarque de Holanda, a exploração dos trópicos pelos portugueses não ocorreu a partir de um empreendimento metódico e racional, "fez-se antes com desleixo e certo abandono". Complementa o autor sobre a ocupação do território brasileiro que "sem braço escravo e terra farta, terra para gastar e arruinar, não para proteger ciosamente, ela seria irrealizável" (HOLANDA, 1995 [1936], p. 43).

Márcia Menendes Motta (2012) argumenta que, por definição, as sesmarias foram um sistema português de distribuição de terras adaptado para o Brasil. Por sua vez, Karla Silva e Cláudio Maia (2019) apontam que as sesmarias foi o primeiro modelo jurídico-normativo imposto ao Brasil enquanto colônia, assim carrega a origem histórica do direito de "propriedade agrária no país".[9] Defendem que, nos debates sobre direito agrário e conflitos fundiários, a compreensão sobre as normas que regulamentavam as sesmarias possibilita melhor entendimento sobre a formação do latifúndio no Brasil, assim como sobre os conflitos agrários da atualidade que tiveram como base esse sistema de concentração de terras.

No caso do Brasil, a ampla concessão de terras pelo Governo de Portugal era regida por um sistema de normas instituído, entre eles, a obrigatoriedade de cultivo, a não transferência das terras aos descendentes do sesmeiro e limites de extensão para a concessão, pois seria doado ao interessado aquilo que ele tivesse condições reais de explorar. Nesse sentido, a instituição jurídica das sesmarias, transplantada em sua integra para as terras da Colônia, era, em sua essência, contrária à grande e improdutiva propriedade. Como pontuam Silva e Maia, contrários em relação à tese de que a estrutura

[9] Para os autores, a categoria propriedade não deve ser compreendida aos moldes contemporâneos como aquela prevista no Código Civil de 2002.

sesmarial deu origem ao latifúndio brasileiro, nem todas as terras com áreas extensas eram cultivadas - "daí surge a contradição da tese de que as sesmarias, enquanto instrumento jurídico normativo, foram o sustentáculo do latifúndio" (SILVA & MAIA, 2019, p.11).

Por sua vez, Olímpio Galvão (2006) argumenta que a concentração fundiária no Brasil teria se estruturado, principalmente, não no sistema formal de distribuição de terras português, as sesmarias, mas sim em fatores domésticos expressos na forma como a terra foi apropriada e no papel das elites locais:

> Da consulta à vasta literatura documentada sobre a questão fundiária em Portugal, pode ser extraída a conclusão de que a legislação portuguesa com respeito ao uso da terra era, em geral, democrática tanto em seu conteúdo, quanto na prática, que seu objetivo era, claramente, o de impedir a formação do latifúndio e de propriedades ociosas, e que tinha a intenção deliberada de estimular o desenvolvimento da agricultura, através da promoção de uma vasta classe de pequenos agricultores (GALVÃO, 2006, p. 6).

A despeito do inicial caráter democrático da legislação das sesmarias, o autor ressalta que foi o comportamento das elites locais que, a contragosto da Coroa, ditou os cursos e resultados da colonização portuguesa no Brasil.

No decorrer dos séculos, diferentes regras foram fixadas com objetivo de melhor adequar a estrutura sesmarial portuguesa à realidade colonial brasileira. Contudo, segundo Coelho (2005), elas nunca foram respeitadas, principalmente no Nordeste, onde as *plantations* de açúcar e a emergência da atividade criatória acabou gerando uma profunda divisão social na colônia. De um lado, formou-se uma classe de poucos, mas de poderosos latifundiários, legalmente responsáveis pelas sesmarias. De outro lado, formou-se um vasto número de anônimos colonos, ocupantes, posseiros dedicados ao trabalho na terra, seja cultivando alimentos, seja dedicando-se à criação de animais.

Galvão (2006) aponta que, nos primeiros dois séculos de colonização, sesmeiros iniciaram um processo de ampliação de terras de forma legal e ilegal, o que deu origem, em um curto espaço de tempo, à formação de uma "aristocracia de invasores de terras" constituída de produtores de gêneros de exportação e de pecuaristas. Esses grupos passaram a exercer forte influência nos negócios internos da colônia ao ponto de que as autoridades coloniais no Brasil se tornaram fortemente sujeitas à influência das elites locais. Como argumentam Silva e Maia (2019), uma estrutura administrativa paralela dominou as pretensões de controle da Coroa portuguesa em disciplinar o uso da terra. Administradores da concessão de sesmarias, governadores e capitães-generais,

juntamente com grupos e famílias influentes politicamente, utilizaram do instituto sesmarial para se apossarem de grandes extensões de terras, moldando uma realidade fundiária que se estendeu ao longo dos séculos.

Grande parte do poder acumulado por esses grupos se concentrou na região Nordeste, com a produção de açúcar e as grandes fazendas de gado. A organização social que se constituiu nos sertões foi assentada, em partes, a partir de dois esteios: o regime de propriedade privada e a família.[10] É a partir dessa união, segundo Diegues Júnior (1960), que surge a fazenda como núcleo econômico, social, demográfico e cultural, característica generalizada na colônia portuguesa. Essa situação é ilustrada pelo domínio de duas principais famílias que, por quase dois séculos, dominaram os negócios e a política na região da Bahia, além de manter e ampliar seus interesses econômicos a partir do Maranhão até o Alto São Francisco, em Minas Gerais. Trata-se da Casa da Ponte, vinculada à família Guedes de Brito, e o morgado Casa da Torre, vinculada à família dos Garcia D'Ávila.[11]

Sobre a Casa da Ponte, Capistrano de Abreu (1998[1907]) aponta que a jusante, no sentido sul, na margem baiana do São Francisco, tinha como grande proprietário Antônio Guedes de Brito, cujo domínio era de cento e sessenta léguas (aproximadamente 772 km), contadas do morro do Chapéu até às águas do rio das Velhas. Já sobre a extensão das posses da Casa da Torre, porção pernambucana localizada na margem direita do rio São Francisco, também a jusante, o autor argumenta que:

> Na margem pernambucana do rio S. Francisco possuía duzentas e sessenta léguas de testada a Casa da Torre, fundada por Garcia d'Ávila, protegido de Tomé de Sousa, a qual entre o São Francisco e Parnaíba senhoreava mais oitenta.[12] Para adquirir estas propriedades imensas, gastou apenas papel e tinta em requerimentos de sesmarias (ABREU, 1998 [1907], p. 133).

Sobre a forma com que os domínios das sesmarias se davam, Francisco Carlos Teixeira da Silva (1997) traz importantes informações. Demonstra que não devemos confundir o domínio de uma dada sesmaria com a uniformidade de uma fazenda. Para ele, a visão tradicional de fazendas perdidas no Sertão deve ser matizada. Os grandes domínios de terras não se constituíam uniformemente em fazendas de gado sob a forma

[10] Francisco Silva (1997) chama atenção para formas de uso coletivo de faixas territoriais no nordeste brasileiro ainda no período das sesmarias.
[11] Como outras referências sobre o tema, destacamos FERREIRA (2008) e SANTOS FILHO (2012).
[12] 260 léguas equivalem a 1.255 km; e 80 léguas, a 386 km.

de uma única exploração. Era comum um só fazendeiro possuir vários currais. Para isso, dependiam basicamente da existência de pastos e águas, bem como da qualidade dos campos e seus recursos naturais (como os refrigérios, isto é, um campo com abundância de cactáceas que pudessem servir de pastos de reserva nas longas secas). Argumenta o autor que, ao contrário de certa visão heroica do sertão, não se identificam imensos domínios contínuos ou fazendas de muitas léguas. A renda da terra surgia como um mecanismo de enriquecimento do grande senhor, sem qualquer investimento prévio necessário. As riquezas constituídas dos arrendamentos eram derivadas da influência política e certo uso da força, o que garantia o monopólio de vastos tratos de terras (SILVA, 1997, p. 123).

Sobre a questão, André João Antonil, em 1837, ao discorrer sobre os domínios da Casa da Torre, em Pernambuco, e da Casa da Ponte, na Bahia, afirmou:

> E nestas terras, parte os donos dellas tem curraes proprios, e parte são dos que arrendárão sitios dellas, pagando por cada sitio, que ordinariamente he de huma legoa, cada anno dez mil réis de fôro (ANTONIL, 1837, p. 199-200).

Compreende-se que, se o regime de sesmarias tinha como objetivo final gerar a divisão de terras para fomentar a produção e assim estruturar a vida na colônia, a apropriação das elites locais, administrativa e política, levou à criação de um regime de fato paralelo, os arrendamentos, que, talvez, esse sim tenha conformado a estrutura fundiária no Brasil. Foi por meio desse mecanismo que os sertões se moldaram territorial e politicamente.

Região sanfranciscana, o rio dos currais e o boi como elemento constitutivo do sertão

O projeto português de dominação das terras além-mar tinha como principal desafio a ocupação e proteção do território para evitar a sua perda para outras potências estrangeiras. Para isso, a criação de gado foi um dos mecanismos que levou à ampla apropriação do vasto território. A facilidade de manejo desses animais possibilitou a conquista, ampliação e estabilização de povoados.

Meio século depois da chegada dos portugueses a Porto Seguro, começaram a chegar à Colônia as primeiras cabeças de gado vindas do arquipélago de Cabo Verde, provavelmente, já aclimatados para a criação extensiva - os próprios animais buscavam as aguadas e seu alimento nos campos. Os primeiros rebanhos se instalaram no agreste

pernambucano e na orla do Recôncavo Baiano, seguramente distantes das zonas de produção de açúcar, para não prejudicarem o solo com o pisoteio. Esses animais foram de extrema relevância, pois deram início aos rebanhos de gado vacum, muar e cavalar, possibilitando a consolidação do domínio português e a montagem da estrutura econômica e social do país. Se multiplicaram e se dispersaram em currais, ao longo dos grandes rios, formando as ribeiras pastoris (COELHO, 2005; RIBEIRO, 1995). Manuel Diegues Júnior explica que a expansão do povoamento, baseada na criação de gado, foi fundamental para estruturação das populações que puderam, a partir de então, estabelecer no contato com o ambiente novos elementos de fixação e, em consequência, novas identidades surgiram (DIEGUES JÚNIOR, 1960, p. 158).

O gado converteu-se em elemento primordial para se estabelecer o domínio no território, principalmente naquelas áreas que ofereciam condições mais propícias à proliferação dos rebanhos. Esse foi o caso dos sertões do São Francisco, onde floresceu aquilo que passou a ser reconhecido como "civilização do couro". Esses animais serviram como alicerce alimentar, dando base às massas populacionais que, posteriormente, invadiram a região mineradora, tornando-se também indispensáveis enquanto força motriz em inúmeras atividades na agricultura e na indústria.

A relação desenvolvida com o ambiente proporcionou o aparecimento de um novo tipo de gado, diferente daquele importado de Cabo Verde que, passado o tempo e o manejo local, transformou-se em um tipo próprio de animal. Desenvolveram caracteres morfológicos e fisiológicos próprios, oriundos de longa aclimatação que, com o tempo, se refletiu no porte, no tipo e na textura da pelagem, na espessura do couro, assim como em outras características físicas. Por muitas décadas, até a chegada dos primeiros animais zebuínos de origem indiana, como o gado nelore, predominou nos pastos gerais o gado curraleiro, ainda encontrado entre as comunidades veredeiras, geraizeiras e quilombolas da região. Para Coelho, os rebanhos se tornaram, pelo menos nos primeiros séculos de colonização, a "infraestrutura, a argamassa, o alicerce da vida civilizada nestes trópicos" (COELHO, 2005, p. 31).

É comum na historiografia tradicional a ideia de que o protagonismo da ocupação do sertão se deu por meio das estoicas aventuras dos bandeirantes paulistas e da centralidade de famílias poderosas da Bahia, responsáveis pela estabilização de grandes fazendas de gado. No entanto, tanto Coelho (2005) quanto Ribeiro (2005) ressaltam que o protagonismo da ocupação do sertão se deu, em grande medida, pelo labor daqueles que

lidavam diretamente com o gado. Para Coelho, foi devido a estes que se deu a devassa do interior, a construção dos currais, a multiplicação do rebanho e a vivência compartilhada pelos seus familiares nos pontos mais distantes do litoral. Nesse sentido, Ribeiro argumenta que a ocupação do vale do São Francisco por fazendas de gado não deve ser atribuída apenas aos potentados paulistas ou baianos, mas também aos homens pobres que iam se dispersando sertão adentro e ali iam se fixando.

Caio Prado Júnior apontou a rapidez com que as fazendas de gado se alastraram para os sertões do São Francisco:

> Levantada uma casa, coberta em geral de palha – são as folhas de uma espécie de palmeira, a *carnaubeira*, muito abundante, que se empregam, feitos uns toscos currais e introduzido o gado (algumas centenas de cabeças), estão ocupadas três léguas (área média das fazendas) e formado um estabelecimento. Dez ou 12 homens constituem o pessoal necessário: recrutam-se índios e mestiços, bem como entre foragidos dos centros policiados do litoral – criminosos escapos da justiça, escravos em fuga, aventureiros de toda ordem que logo abundam em uma região onde o deserto lhes dá a liberdade e desafogo (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 45).

Para além da descrição plástica de Prado Júnior, a partir da estrutura fundiária e na instituição do sistema de arrendamentos, o sertão foi tomado por diferentes formas de apropriação. Explica Francisco C. T. da Silva (1997) que matrizes e escravos eram os investimentos básicos para a constituição de um curral, sendo que escravos se convertiam na parte mais onerosa, uma vez que as reses podiam ser adquiridas por mecanismos de pagamento por trabalho, vínculos de compadrio ou por outros laços de clientelismo. Denominações, como curralinho, malhada, brejo, campos, tapera, fazendinha, cafundó, manga, cercadinho, aguada, olho d'água ou mesmo sítio, eram algumas das variadas designações existentes nos inventários e registros de terras do século (SILVA, 1997). Atualmente, essas mesmas alcunhas são utilizadas para denominarem dezenas de comunidades no Norte de Minas Gerais.

A estruturação dessas fazendas de gado, que se estenderam sertão adentro, teve como principal eixo norteador o rio São Francisco e a disponibilidade de recursos naturais, atividade essa que se concentrou fortemente nas regiões do Alto-Médio e Médio. Dominadas pelas capitanias de Bahia e Pernambuco, seu poder administrativo se estendia pela porção norte do atual estado de Minas Gerais. Do lado direito, à vazante do rio, predominava o domínio da Bahia, que se abria até as nascentes do rio Vaihum (rio

Paraopeba),[13] do lado esquerdo, também à vazante, o domínio de Pernambuco, que se estendia até às cabeceiras do rio Paracatu. O elemento que pode exemplificar esses vínculos é a própria Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Barro Alto, distrito de Januária, datada de 1688, que prestava contas ao bispo de Olinda, que distava cerca de quinhentas léguas dali.[14]

Há na Carta Geográfica da Capitania de Pernambuco de 1807[15] a representação dos limites entre as Capitanias de Minas Gerais ao sul, e da Capitania de Pernambuco e da Bahia, a leste e a oeste do Rio São Francisco, respectivamente (COSTA, 2011).

Era da centralidade de Pernambuco e Bahia que irradiavam as criações sertão adentro, para o Norte, para o Sul e para Centro-Oeste.

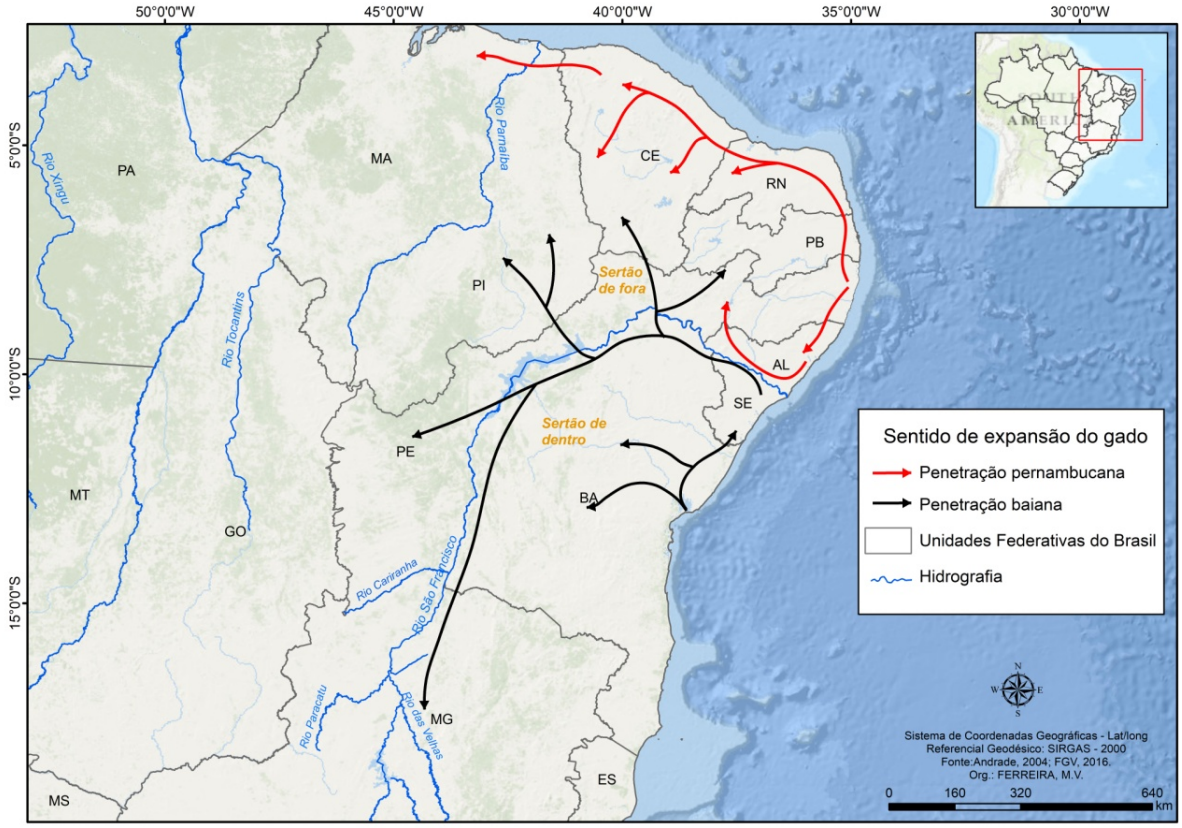


Figura 4: Representação da ocupação dos sertões pelos currais da Bahia e Pernambuco[16]

[13] RIBEIRO, 1998; COSTA, 2005.
[14] Sobre a extensão do território de Pernambuco e os processos que levou à sua retração, ver Pereira da Costa (1918).
[15] Disponível em Arquivo Nacional, Rio de Janeiro – www.sian.an.gov.br. Acesso em 26 de maio de 2021.
[16] Imagem adaptada de Andrade (2004) e Fundação Getúlio Vargas (2016) - Disponível em: https://atlas.fgv.br/marcos/caminhos-do-gado/mapas/o-nordeste-da-cana-e-do-gado-no-seculo-17. Acesso em: 28 de janeiro de 2021.

À oferta de campinas e savanas pelo vasto território dos sertões do alto-médio São Francisco juntou-se um elemento básico para o gado: o sal. Em diferentes paragens, as pastagens nativas do Cerrado podem se combinar com a presença de sal na terra, configurando os chamados "pastos salitrosos" do Vale do São Francisco. Coelho aponta que, sendo um produto indispensável, o sal foi encontrado em inúmeros pontos dos rios São Francisco e Salitre, chegando a ser encontrado na Vila do Urubu, ocupando uma área estimada de 60 léguas de comprimento por 25 a 30 metros de largura. Se ali o sal era abundante, ele não era facilmente encontrado em outros sítios. Até nas barrancas dos rios os terrenos salobros atendiam às exigências dos animais. Segundo o autor, o sal produzido abastecia o alto sertão desde o Piauí até Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso (COELHO, 2005, p. 31).

Devido às condições ecológicas, a agricultura era limitada. Apesar de estar presente nas fazendas de gado, era restrita a alguns poucos cultivos. Concentrava-se sobretudo às margens dos rios perenes, principalmente o São Francisco e seus grandes afluentes, Jequitinhonha, Verde Grande, Paracatu, Urucuia. Destaca-se aqui o manejo agrícola nas grandes ilhas do São Francisco, denominado agricultura de vazante que, aproveitando-se das enchentes que fertilizavam a terra, permitia plantar lavouras de cultivos de ciclo curto: mandioca, milho, feijão, algodão, melancia, melão, abóbora etc. Como o gado era criado solto nos sertões, as lavouras necessitavam ser isoladas por grandes valados denominado de "travessões".

As práticas agrícolas e pecuárias dependiam sobremaneira das condições climáticas, o que sempre levou à eterna e angustiosa preocupação com as secas. Marco Antônio Villa (2001) tratou sobre os inúmeros períodos de seca que assolaram o norte[17] ao longo dos séculos e o estado de inanição que toda a sociedade sertaneja viveu repetidas vezes. Essa relação entre ser humano e ambiente, muitas vezes, incontrolável, passa a influir diretamente no comportamento social e nas mais diversas formas de adaptação, refletindo-se diretamente na cosmologia e nas práticas religiosas das comunidades tradicionais da região.

O ambiente também é o espaço de construção mítica da experiência social no sertão, e a pecuária também possibilitou a construção de estruturas mentais dos grupos sociais que se formaram a partir da relação com os ambientes do sertão, forjando relações

[17] Expressão utilizada pelo Sudeste para se referir à região Nordeste até meados do século XIX.

sociais, vínculos afetivos e territoriais próprios. Serviu como formas de nomear rios, localidades ou mesmo de parâmetro para segmentação das estruturas sociais entre as diferentes classes sociais. Enredada em práticas performativas vinculadas à lida com o boi, como pecuária, vaquejadas, cavalgadas, danças, cantos, tornou-se elemento central de consagração presente em práticas religiosas, como as Folias de Reis. Para Diegues Júnior (1960), no Vale do São Francisco, o boi e a relação estabelecida com ele estão vinculados a uma "verdadeira consagração totêmica":

> Os rebanhos tornaram-se responsáveis não apenas pela ocupação humana da região, mas ainda por sua caracterização social. A pecuária dá fisionomia à região, quer marcando-lhe a vida econômica, quer norteando-lhe a feição cultural. Em torno do gado criam-se as condições que normalizam a vida regional (DIEGUES, 1960, p. 150).[18]

No caso das comunidades do Norte de Minas, não seria demasiado afirmar que o gado podia ser considerado uma categoria de pensamento fundamental, que rege tanto o plano cotidiano quanto os momentos rituais.

Se por um lado o Norte do estado carrega particularidades que o diferem, em larga medida, de outras regiões de Minas, por outro, guarda proximidades, até certo ponto, com outras áreas do Vale do São Francisco. Como relembra Eduardo Magalhães Ribeiro (2010), desde o século XVIII, a referida região representa uma espécie de enclave no Sudeste do Brasil. Se o Norte-mineiro pode ser concebido como uma área distinta do que se entende enquanto Nordeste, de outro modo não encontramos laços que o vincula àquilo que se entende como Sudeste, sendo que entre o início da colonização europeia e o século XIX a região oscilou em termos de seu pertencimento político.

Como já foi referido anteriormente, a atual porção norte do estado chegou a fazer parte da Capitania de Pernambuco, uma vez que toda a margem esquerda do São Francisco e parte da atual região do Norte-mineiro eram subordinadas à província pernambucana e à diocese de Olinda. Devido às grandes distâncias entre as terras do sertão e sua comarca, em 1753,[19] a área compreendida entre Pilão Arcado e o rio Carinhanha foi submetida à Comarca de Jacobina, pertencente então à Capitania da Bahia. Todavia, um inconveniente surge em decorrência desse novo arranjo, uma vez que o

[18] Diegues Júnior (1960) limita seu entendimento sobre "ocupação humana" aqueles grupos sociais vinculados ao manejo dos animais, excluindo qualquer forma de ocupação indígena preexistente no Vale do São Francisco.

[19] Segundo Marco Antônio T. Coelho (2005) do mesmo modo que já ocorria com outras áreas do território de Minas Gerais, incorporados à Comarca de Jacobina, essa submissão era apenas judiciária.

Termo da Vila da Barra confinava, de um lado, a região que vai do distrito de Pilão Arcado até Carinhanha, pertencente à Capitania de Pernambuco; mas, por outro, estava submetido à comarca de Jacobina, Capitania da Bahia. Além disso, havia a necessidade de maior presença da justiça colonial na margem esquerda do São Francisco. Como solução, foi proposta a criação de uma nova comarca no sertão pernambucano. Com o consentimento do Príncipe Regente D. João, foi criada a Comarca do Sertão de Pernambuco em 1810. No entanto, como demonstra Costa (2011), devido à grande extensão da nova comarca, foi determinado em 1820 o seu desmembramento em Villa de São Francisco das Chagas, conhecida vulgarmente como "da Barra", Pilão Arcado e as Povoações de Campo Largo, Carinhanha, com os seus respectivos Termos, sendo a Cabeça da Comarca a Villa de São Francisco da Barra. Essas localidades passaram a compor a Comarca do Rio de São Francisco, como pode se observar na imagem que se segue.

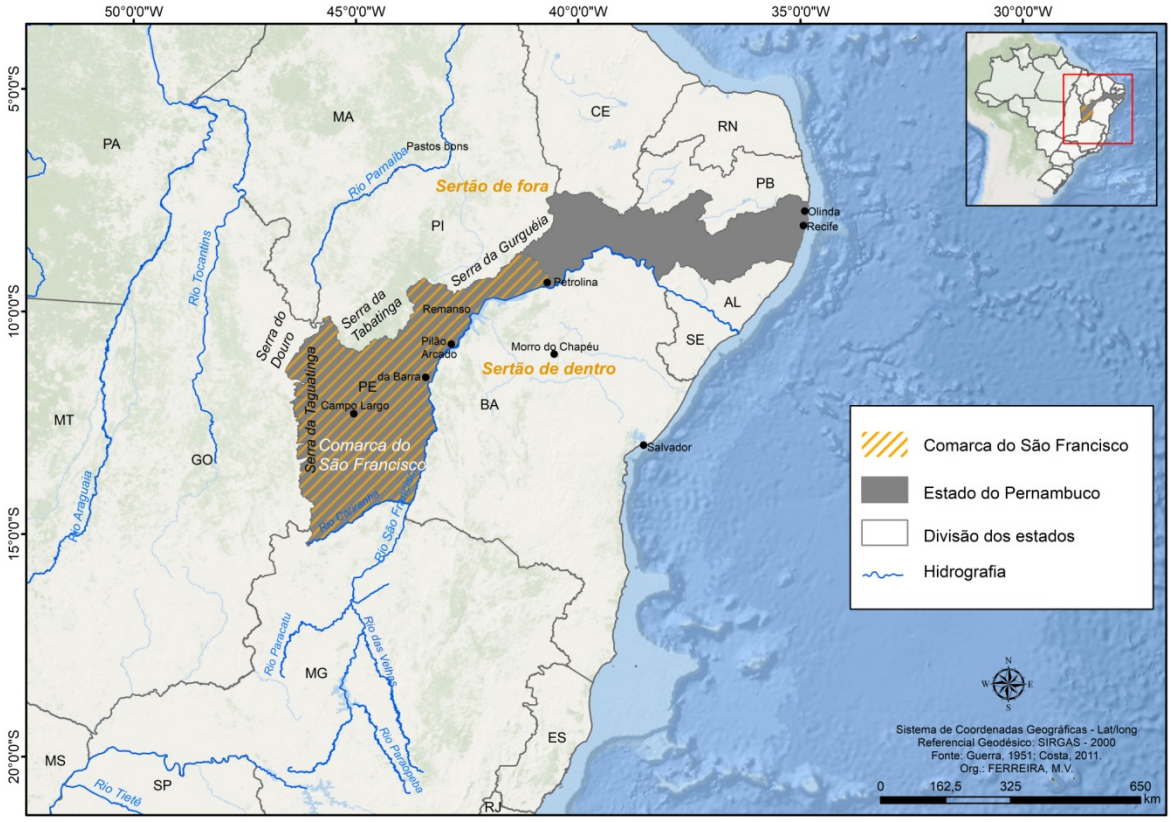


Figura 5: Os limites do território da "Comarca do Rio de São Francisco, 1951.[20]

[20] Imagem adaptada de Guerra, 1951, p. 14 *apud* Costa, 2011.

Como se pode observar na ilustração, a Comarca do São Francisco tinha como demarcadores de seus limites as serras de Taguatinga, do Duro, da Tabatinga e do Gurguéia. Inicialmente estava vinculada à Capitania de Pernambuco, mas foi desmembrada do território pernambucano e incorporada à província de Minas Gerais em julho de 1824 por causa dos movimentos revoltosos difundidos a partir de Pernambuco, em decorrência da Revolução de 1824.[21] No entanto, tal medida se estendeu somente até 1827, quando então a Comarca do São Francisco foi incorporada definidamente ao território da província da Bahia.

No decorrer de quatro séculos, no Vale do São Francisco e de seus afluentes, foi criado um modo de vida singular no extenso território que vai do Norte de Minas Gerais, região de Pirapora-MG, até os sertões do Nordeste, região de Juazeiro-BA. Compreendida como "região sanfranciscana", as populações que ali se estabeleceram construíram, como argumenta Coelho (1995), um "*modus operandi* autônomo e quase autárquico, contrastando em muitos aspectos com o que sucedia no restante do país". Para o autor, durante quase duzentos anos, o rio funcionou como uma lançadeira que uniu fios isolados na confecção de um tecido social próprio. Nessa perspectiva, é comum afirmar que os grupos sociais do Médio São Francisco criaram formas próprias de interação com o ambiente, produziram convenções e códigos morais próprios, formas de solidariedade e hábitos culturais diferenciados. Tais particularidades levaram muitos a denominarem esses diferentes agrupamentos existentes na região como a "civilização do São Francisco".[22]

De acordo com o autor, para se entender a "civilização do São Francisco", dois pontos merecem destaque. Primeiro, trata-se de uma sociedade essencialmente rural, marcada pela vivência nas fazendas. Destaca Mônica Nogueira (2017) que as fazendas eram unidades econômicas autárquicas, pois sua produção estava vinculada a uma diversidade de culturas utilizada permanentemente para o consumo interno. Somente o sal, o metal para as ferramentas de trabalho, a pólvora para as armas e alguns outros artigos inviáveis de serem produzidos ali, eram buscados fora de suas fronteiras.

[21] Os diferentes movimentos revolucionários de Pernambuco, que ocorreram ao longo do século XIX, foram influenciados pelas ideias libertárias do Iluminismo e pelo contexto de desagregação dos impérios coloniais no Novo Mundo. Destaque aqui para a Confederação do Equador, quando em 2 de julho Paes de Andrade conclamou os brasileiros a se unirem em torno de um projeto republicano, constitucional e federativo, convocando uma Assembleia Constituinte e assumindo provisoriamente a carta da Colômbia como lei geral. Para maiores informações sobre o tema, ver SILVA (2005).

[22] Sobre a estruturação de uma cultura própria ao logo do rio São Francisco, ver: COSTA (2003), DAYRELL (2019) e PIERSON (1972).

O segundo ponto levantado por Nogueira é que o principal elo dessa estrutura era a família e seus vínculos extensos.[23] Nas grandes fazendas predominava a vontade e os interesses dos grandes proprietários de terras, os coronéis,[24] que comandavam seus próprios contingentes armados, formados por familiares, afilhados, compadres, agregados e até escravizados.

Uma vez ocorrida a Independência do Brasil, a administração na região do São Francisco foi entregue aos potentados que já haviam se estabelecidos naquelas terras, fazendo com que o poder tornasse cada vez mais disputado entre as famílias de maior prestígio e capacidade bélica. Nessa perspectiva, os grandes centros e capitais eram reduzidos somente às relações comerciais e para nomeação de autoridades locais. Para Coelho (2005), o "Estado era apenas uma abstração para o sertanejo":

> Os conflitos em Lisboa, Salvador, Recife e Rio de Janeiro resultavam das disputas em torno do melhor uso possível das benesses dos cargos oficiais e de todas as sinecuras estatais. Todavia, nos grotões, prescindia-se disso, pois o Estado era um ente apenas virtual, menosprezado e fraco. Não servia para nada, não prestava qualquer serviço. Apenas iniciava com dificuldade a cobrança de impostos (COELHO, 2005, p. 75).

Francisco Silva (1997) chama atenção para o fato de que, no decorrer dos séculos, a população no Sertão conseguiu impor um regime de terras distinto daquele baseado na apropriação individual e privada da terra. Mesmo após 1850, com a nova Lei de Terras, não ocorreu qualquer mudança significativa no regime de posse e uso da terra. Mesmo com a imposição de mecanismos como cadastro e medições de terras, dentre outras formas coercitivas para disciplinar o estatuto da terra, a referida lei, durante muitas décadas, não conseguiu se implementar ou ser levada a sério, como tantas outras leis do país que tentaram se impor no sertão. Não por acaso, em todo "Grande Sertão: veredas", o que mais repetiu Riobaldo Tatarana foi que "viver é muito perigoso", advertindo que "O senhor sabe: sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias. Deus mesmo, quando vier, que venha armado!" (ROSA, 2019 [1956], p.21).

---

[23] Diferentes trabalhos, ao tratarem sobre a família e campesinato, parecem receber a influência das teorias da mestiçagem: Diegues Júnior (1960), Marco Antônio Coelho (2005). Ellen Woortmann (1994) e Klaas Woortmann (2018) lançaram debates mais profícuos sobre o tema.

[24] O surgimento da figura dos "coronéis" decorre da criação da Guarda Nacional em 1831, para substituir as milícias e ordenanças do período colonial. Nessa corporação foi estabelecida uma hierarquia em que a patente de coronel correspondia a um comando municipal ou regional. Aqueles vinculados à essa patente se firmaram durante o Segundo Império e na República Velha, concentrando grandes poderes (COELHO, 2005, p. 75).

Mônica Nogueira (2017) destacou que os conflitos entre o governo colonial e a população sertaneja, decorrentes das tentativas de controle da metrópole sobre as serras e matas gerais ao Norte das Minas, favoreceu o surgimento de redes locais de solidariedade em diferentes níveis: horizontais - que uniam garimpeiros, quilombolas, homens pobres livres e escravizados - e verticais - entre senhores e escravizados, homens de patentes e reles infratores. De acordo com a autora, esses vínculos improváveis tinham como objetivo o interesse comum de manutenção da autonomia política dos potentados locais e a manutenção do controle do excedente gerado pelas trocas comerciais com a região mineradora. Para isso, lutavam para se manterem excluídos da subordinação à administração colonial (NOGUEIRA, 2017, p. 49).

Ao longo do século XX, no esforço de construção e entendimento da identidade nacional, o sertão ou as áreas que se contrapunham ao litoral, assim como todo o universo social e simbólico que compunham esse ambiente, passaram comumente a ser associados ao atraso da região, ao tempo no qual suas populações "vivem alheias às leis econômicas", ocupando-se somente daquilo que é preciso para viver. Para Coelho, "a região do São Francisco não incorporou o modo de vida, os costumes, as modificações econômicas e sociais que o capitalismo começou a implantar no país".[25] Todavia, com base nos recentes estudos antropológicos sobre povos e comunidades tradicionais,[26] outras perspectivas passam a clarear essas concepções. Percebemos que, devido aos diferentes fatores históricos e ambientais, as populações localizadas na região sanfranciscana puderam desenvolver um sistema produtivo e social autônomo do poder central, seja da Coroa/Império, no período colonial, seja da República, mas sempre mantendo relações políticas e de trocas econômicas com o litoral ou com os grandes centros urbanos.

As especificidades da formação político-social e geográfica do alto-médio e médio curso do rio acabaram contribuindo para se pensar uma unidade territorial da região do São Francisco. Durante o período colonial e, posteriormente, após a proclamação da Independência, emergiram propostas e medidas para a constituição de uma província (estado) na área do São Francisco. Quando o Poder Legislativo Imperial passou a operar

[25] Ao apontar as diferenças da região, devemos levar em consideração os projetos políticos estruturados nos grandes ciclos econômicos como o açúcar, a mineração e o café, que concentram nos grandes centros urbanos litorâneos os espaços de decisão e concentração de poder.

[26] Para ficar somente em alguns exemplos, destaco aqui programa e núcleos de pesquisa que vêm se destacando a nível nacional sobre o tema: Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (MESPT-UnB), Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental (NIISA-UNIMONTES), Grupo de Estudos em Temáticas Socioambientais (GESTA-UFMG).

em 1823, representantes de lideranças locais começaram a defender a proposta de criação da Província do São Francisco. Por três vezes, nos anos de 1830, 1850 e 1873, grupos políticos ligados aos grandes proprietários de terras do sertão baiano buscaram essa autonomia. Na terceira vez que o projeto foi levado ao plenário, ele chegou a ser aprovado na Câmara, mas acabou sendo rechaçado no Senado pela bancada mineira:

> Em 1850, o deputado João Maurício Wanderley (futuro barão de Cotegipe), apresentou ao Parlamento um projeto de lei criando a província do São Francisco, na qual, além de certas comarcas da Bahia, seriam incluídas a comarca de Paranaguá, (do Piauí) e os termos de Paracatu, São Romão e Januária, pertencentes à época à província de Minas Gerais (COELHO, 2005, p. 83).

Costa (2005) destaca os constantes movimentos de autonomia da região. Ao longo de sua história, tentou-se por 36 vezes sua independência do estado mineiro. Nesse sentido, afirma Nogueira (2017) que a Conjuração Sanfranciscana teve importante influência para os movimentos regionalistas ainda hoje latentes no Norte de Minas. Além de servir como marco ideológico, reafirmando as continuidades ambientais, históricas e culturais com o Nordeste, contribuiu para sustentar o caráter nordestino da identidade Norte-mineira, frente à mineiridade característica do restante do estado.

Todavia, para Laurindo Pereira (2006) é necessário olhar com cuidado para a tese construída e difundida por intelectuais e políticos Norte-mineiros, a partir de 1960, de que o Norte de Minas é nordestino, frente à predominante ideologia da mineiridade. Segundo o autor é nesse período que se têm a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, órgão do governo federal responsável pela formulação e implementação de planos de desenvolvimento na região assolada pela seca, que incluía também o Norte de Minas. O conjunto dessas áreas passou a ser conhecido como Polígono das Secas.

Influenciados pelas ações de regionalização da SUDENE em 1968 e em 1987, movimentos separatistas, propuseram a criação de um novo estado. Ambas as propostas buscavam separar o Norte de Minas, o Oeste e Sul da Bahia e instituir um novo Estado, denominado estado de Cabrália. Pereira (2006, p. 07) mostra que a "nordestinidade" do Norte de Minas ganhou os espaços universitários, convertendo-se em uma "verdade" sem se questionar os interesses e condições que lhe são relativos.[27]

[27] As tentativas de criação do estado do São Francisco ainda perduram até em períodos recentes. Em 21 de agosto de 2013, a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia aprovou a

A questão indígena

A historiografia demonstra que o grande desafio para o projeto colonial português não foi unicamente o próprio ambiente e todas as dificuldades enfrentadas por aqueles que buscavam seu domínio, mas o combate àqueles que dele se valiam há séculos, os diferentes grupos indígenas que ocupavam o vale sanfranciscano (ARRUTI, 1997; RIBEIRO, 2005).

No sertão mineiro e nas imensas ilhas do São Francisco, que se espalham pela porção média e baixa, se estabeleceram indígenas do tronco linguístico Macro Jê. Com base em revisão de estudos arqueológicos, Mônica Nogueira (2017) enfatiza a correlação dos povos indígenas do referido tronco linguístico – distribuídos em três famílias: Bororo, Cariri e Jê (línguas Akwen, Kayapó e Kaingang) – e grupos que habitaram o Cerrado antes do processo de invasão colonial. Tal perspectiva sugere que a distribuição geográfica do tronco Macro-Jê coincide em larga medida com a área nuclear do Cerrado.

A história referente aos grupos indígenas de Minas Gerais possui grandes lacunas em relação aos povos que habitavam sua porção entre o Norte e o Oeste. Segundo Ribeiro (2005), as informações disponíveis concentram-se mais naqueles dos vales do rio Doce e Mucuri, Zona da Mata e baixo Jequitinhonha[28], do que em relação ao Alto São Francisco, Triângulo Mineiro, alto Jequitinhonha, Norte e Noroeste de Minas, ou seja, as áreas que compõem o sertão mineiro. Aponta o autor que um dos possíveis motivos está vinculado à ocupação mais recente daquelas regiões localizadas em áreas de Mata Atlântica, pois, a fim de evitar o contrabando de ouro, a Coroa portuguesa limitou a abertura de novos caminhos na região até o século XVIII.

Por sua vez, o sertão mineiro já havia sido objeto de mais de um século de ocupação europeia e, por duzentos anos, grande parte dos povos indígenas da região sofria com a devassa de bandeirantes, criadores de gado e toda forma de colonização que visava riquezas minerais, escravos nativos e terras para instalação de fazendas de gado. Aqueles que conseguiam sobreviver se imiscuíram entre a população sertaneja, restando alguns poucos aldeamentos. Outros elementos que culminaram com o deslocamento ou mesmo

proposta que prevê a realização de plebiscito para a criação do estado do Rio São Francisco conforme o Projeto de Decreto Legislativo 355/11, do deputado Oziel Oliveira (PDT-BA). Fonte: Agência Câmara de Notícias - https://www.camara.leg.br/noticias/412555-comissao-aprova-plebiscito-para-criacao-do-estado-do-rio-sao-francisco/

[28] Como principais referências, Ricardo Ribeiro (2005) aponta Nelson Coelho Senna (1937), Oiliam José (1937), Mônica Chaves Abdala (1997).

extermínio de incontáveis grupos foram os efeitos dizimadores das enfermidades trazidas pela colonização, além, é claro, da exacerbação das guerras entre os próprios indígenas, o que levou muitos grupos à extinção, ainda no primeiro século de colonização (RIBEIRO, 2005; NOGUEIRA, 2017; PUNTONI, 1998).

Entre os grupos com maior evidência no Norte de Minas Gerais estão os Xakriabá. Mantiveram contato com os colonizadores desde o século XVII e, entre alianças e conflitos, se estabeleceram em terras "doadas" pelo Mestre de Campo Januário Cardoso. Destaca Ana Flávia Santos (1997) que, em 1817, Saint-Hilaire, se refere aos "índios"[29] aldeados em São João das Missões como *xicriabás*, alegando que haviam se fundido com negros e mestiços. Afirmava que, por não serem "índios puros", a lei não lhes concedia o direito de serem julgados pelos seus. Destaca Santos que outros visitantes da Missão se referem aos "índios" lá aldeados como "cayapós" e "acroás" (SANTOS, 1997, p. 13-17).

Considerados extintos, ressurgiram no Norte de Minas Gerais na década de 60, e iniciaram o processo de reconhecimento de sua indianidade e a retomada de parte de seu território.[30] A Terra Indígena Xakriabá foi homologada em 1987, com cerca de 46 mil hectares, no município de São João das Missões, MG. Atualmente, os indígenas constituem a maioria da população do município, além de serem uma referência para outros povos tradicionais da região[31]. Para Nogueira, os Xakriabá constituem para o Norte de Minas, "um testemunho vivo da profundidade histórica da ocupação do Cerrado, protagonizada pelos povos Jê".

Ao revisar historicamente a presença indígena na região de estudo (SILVA, 2023), saltou aos olhos a possibilidade de extinção ou assimilação de dezenas de grupos indígenas. Sobre esse aspecto, José Maurício Arruti (1997), a partir de Reis (1996), argumenta que os verbos "extinguir" e "destruir" foram os mais utilizados pelos poderes

[29] Opto pelo uso do termo "índio" em referência ao citado pelos autores da época, para não cometer anacronismo com o uso de termos não referidos naquele período, como "indígena".
[30] O pleito pelo reconhecimento como indígenas pelo Estado ocorreu dentro do contexto de disputa de terras, em que a RURALMINAS, órgão fundiário do Estado de Minas Gerais, deflagrou uma série de iniciativas vinculadas projetos de desenvolvimento agrícola na região Norte e Jequitinhonha em meados de 1960. Tidas pelo Estado como "devolutas", as terras despertaram o interesse de grandes proprietários locais. Sobre o tema, ver Santos (1997) e Santos (2014).
[31] A Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais, organização representante dos povos tradicionais do Norte de Minas, foi assim nomeada em homenagem às lideranças Xakriabá assassinadas naquele que ficou conhecido como o Massacre Xakriabá - entre elas, Rosalino Gomes de Oliveira. Em 12 de fevereiro de 1987, 15 homens armados comandados por Francisco de Assis Amaro, conhecido grileiro de terras do Norte de Minas Gerais, invadiram a aldeia Sapé e atacaram a casa do líder Xakriabá, assassinando também José Pereira Santana e Manoel Fiúza da Silva.

coloniais para se relacionarem com grupos indígenas e negros ao longo do século XIX. Uma das formas mais eficazes de extinção indígena e negra, quando não diretamente pelo extermínio físico, era pelas estratégias de classificação desses grupos que passavam de indígenas e negros para indigentes ou generalizados em uma mesma categoria (ARRUTI, 1997, p. 17).

Um elemento de destaque na contextualização até agora apresentada é a constante relação entre negros e indígenas como grupos subalternizados nas dinâmicas de conformação histórica ao longo dos séculos. Não me parece exagero apontar que, em grande parte das pesquisas junto aos povos e comunidades tradicionais, três elementos se fazem importantes: as relações ecológicas que vinculam esses grupos aos seus ambientes/territórios; as relações étnico-raciais que conformam essas comunidades e, atrelado a essa, os vínculos passados ou presentes com a questão indígena. Mônica Nogueira (2017), ao historicizar a ocupação indígena nos sertões, pontua a preocupação de não assinalar continuidades culturais entre as comunidades geraizeiras e os grupos indígenas que historicamente ocuparam o sertão norte-mineiro. Ela identifica nas práticas dos grupos pesquisados diferentes formas de conhecimento, ao que tudo indica, de origem indígena, como técnicas de pesca, coletas de espécies nativas, usos de plantas para fins terapêuticos. No entanto, para a autora, os riscos de associações apressadas podem acabar reificando contextos, na maioria das vezes, complexos.

Vale questionar, neste momento, se ignorar certos vínculos, sejam do passado, sejam construídos no próprio presente, identificados constantemente quando estamos em campo, não seria deixar de lado importante elemento empírico. Segundo Nogueira, a própria ideia de população tradicional é definida como tributária de conhecimentos seculares sobre o ambiente no qual esses povos tradicionais se sentem profundamente vinculados e, por isso, eles têm motivação especial para cuidar e defender esses ambientes. Ainda que seja considerada culturalista, essa perspectiva serve aos geraizeiros para reivindicar a sua ancestralidade no lugar como nativos. No entanto, tal perspectiva também pode ser estendida para outros segmentos identitários, como veredeiros e vacarianos. No processo de construção genealógica desses grupos, é comum encontrar vínculos com indígenas da região em apenas uma geração ascendente. Neste sentido, seja para legitimar a ligação com seu território, seja a partir da memória, seja pelos vínculos de parentesco, a experiência indígena atravessa muitas comunidades do sertão de Minas Gerais.

Com base nessa problematização, tomo como importante referência a ser considerada nas abordagens sobre povos tradicionais do sertão a relação afro-indígena (GOLDMAN, 2015). Mesmo não havendo, em muitos casos, a identificação direta de certos grupos ou famílias com etnias indígenas específicas, a trajetória, a experiência histórica, as redes familiares, os fluxos migratórios carregam em si proximidades com a interseção desses universos.

Desse modo, desde o final do século XVIII, com a decadência do Ciclo do Ouro, a economia do Norte-mineiro experimentou um processo de retração que, com a abertura de um novo caminho para o Rio de Janeiro, afetou diretamente o comércio dos Currais da Bahia. Tal medida eliminou a mediação da região sanfranciscana como entreposto comercial dos bens e indivíduos escravizados vindos de Salvador. Como consequência, houve ampla dispersão de toda sorte de gente que, chegada à região mineradora, se espalhou por fazendas isoladas e autárquicas.

Além de brancos e pardos, um grande contingente de negros livres compunha as fileiras de homens que se refugiaram pelos campos gerais. Com a crise da exploração do ouro, muitos senhores de escravizados, não tendo condições de arcar com as despesas de seus cativos, lançaram mão de alforrias se isentando assim de qualquer responsabilidade para com os escravizados. Por sua vez, com o impacto do declínio econômico, o monopólio da terra perdera temporariamente o sentido na região dos currais, levando ao abandono de grandes fazendas e povoados gerais.

No século XIX, em decorrência da abolição da escravatura, uma nova leva de negros libertos ganhou os vales dos rios São Francisco e seus afluentes. Assim, hordas de agrupamentos humanos se dispersaram pelos sertões, firmando-se como agrupamentos de camponeses pobres numa imensidão de terras livres (NOGUEIRA, 2017).

Tendo em vista a origem social e racial desses grupos e o contexto escravista, de alguma forma ainda presente na sociedade brasileira, esses homens e mulheres acabaram constituindo grupos diferenciados que desenvolveram formas de proteção, relações ecológicas com ecossistemas específicos e organização social próprias. Argumenta Nogueira[32] que os gerais se constituíram mais uma vez como uma espécie de área marginal ao sistema dominante. Talvez por isso, esses núcleos camponeses se

[32] Com base nos estudos de Laura de Mello e Souza, *Desqualificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*, 1982.

mantiveram ocultos nos subterrâneos da história.[33] Assim, a ocupação diferenciada por variados grupos sociais, "rejeitados da colonização", foi a base para construção de relações próprias que se estabeleceram em zonas distantes do poder central, que se baseavam em uma economia de subsistência com limitada circulação de moeda que, apesar de vínculos com centros urbanos, mantinham certa independência.

Tendo em vista a possibilidade de disputar a construção histórica desde uma perspectiva de baixo e ecológica, busquei apresentar quatro diferentes perspectivas que devem ser percebidas como fundamentais para se compreender o presente etnográfico experienciado junto às comunidades tradicionais do Norte de Minas Gerais, assim como suas práticas que guardam profundo vínculo com o lugar e seus ambientes. Refiro-me aos processos que moldaram a estrutura fundiária do Brasil rural; a cultura institucionalizada pelos currais da Bahia e de Pernambuco, que consolidaram uma forma própria de relação entre humano, gado e ambiente; as particularidades da região sanfranciscana, como atributo político e identitário; e, por último, a memória indígena que, apesar de fluída, converteu-se como referência junto aos grupos tradicionais da região.

Defendemos que qualquer abordagem que tome os povos do Médio São Francisco como possibilidade de análise deve levar em consideração tais processos históricos, ecológicos e políticos.

[33] Sobre grupos que utilizaram do isolamento como forma de manutenção da liberdade, ver Aderval Costa Filho (2008) e seu estudo sobre o povo Gurutubano: "Gurutuba, região ou terra de refúgio historicamente relacionada à presença da malária, à não presença de brancos, a espaços de liberdade e autonomia".

Referências

ABREU, J. Capistrano. **Capítulos de história colonial: 1500-1800.** Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998 [1907].

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. "Terras Tradicionalmente Ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum". In: **Terra de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livre", "castanhais do povo", faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas.** Manaus: PGSCA/UFAM, 2008 [2004], p. 25-131.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil.** São Paulo: Huciteca, 2ª ed., 2004.

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil.** Rio de Janeiro, 1837.

ARRUTI, José Maurício A. A Emergência dos "Remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. MANA v. 3, n.2, p. 7-38, 1997.

COELHO, Marco Antônio T. **Os descaminhos do São Francisco.** São Paulo: Paz e Terra, 2005.

COSTA. Antônio Gilberto. **A cartografia do território de Minas Gerais e seus limites oitocentistas: anexações e desmembramentos.** IV Simpósio Luso Brasileiro de Cartografia Histórica, Porto, 2011.

COSTA, João Batista de Almeida. **Mineiros e Baianeiros: englobamento, exclusão e resistência.** Tese (Doutorado), Brasília: Universidade de Brasília, 2003.

COSTA FILHO, Aderval. **Os Gurutubanos: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte-mineiro.** Tese (doutorado). Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

DAYRELL, Carlos A. **De Nativos a Caboclos: reconfiguração do poder de representação de comunidades que lutam pelo lugar.** Tese (Doutorado). Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros, 2019.

DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **Regiões culturais do Brasil. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP.** Rio de Janeiro, 1960.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** CLACSO; Consejo Latinoamericano de Ciencias, 2005. p. 133-168, (Colección Sur Sur).

FERREIRA, Elisangela Oliveira. **Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX.** Tese (Doutorado em História). Salvador-BA: Universidade Federal da Bahia, 2008.

GALVÂO, Olímpio J. de Arroxelas. Raízes históricas da questão fundiária no Brasil. Revista de Desenvolvimento Econômico. Salvador/BA, Ano VIII, n. 14, julho, p.5-11, 2006.

GOLDMAN, Marcio. "Quinhentos anos de contato": por uma teoria etnográfica da (contra)mestiçagem. Mana, v. 21, n. 3, p. 641-659, 2015.

HOLANDA, Sergio Buarque. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Cia das Letras, 1995 [1936].

LITTLE, Paul E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da territorialidade. Anuário Antropológico, 28 (1), p. 251-90, 2002.

MOTTA. Márcia Maria Menendes. A Lei de Sesmarias e a ocupação colonial: sobre as leis. In: **Direito à terra no Brasil: a gestação do conflito 1795-1854.** São Paulo: Alameda, 2012, p. 129-197.

NOGUEIRA, Mônica. **Gerais a dentro a fora: identidade e territorialidade dos Gerazeiros do Norte de Minas Gerais.** Brasília: Mil Folhas, Coleção Mil Saberes, 2017.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. Mana, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.

PIERSON, Donald. **O homem no vale do São Francisco.** Rio de Janeiro: SUVALE, 1972.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil.** 26ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

PUNTONI, Pedro Luís. **A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720.** Tese (Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães (Org.). **História dos Gerais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Sertão, Lugar Desertado: o Cerrado na cultura de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Autêntica. 2006.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: veredas.** São Paulo: Cia das Letras, 2019 [1956].

SANTOS, Ana Flávia Moreira. **Do terreno dos caboclos do Sr. São João à Terra Indígena Xakriabá: as circunstâncias da formação de um povo. Um estudo sobre a construção de fronteiras.** Dissertação (Mestrado em Antropologia). Brasília-DF, Universidade de Brasília, 1997.

SANTOS FILHO, Lycurgo. **Uma comunidade rural no Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVII e XIX. Edição fac-similar,**

comemorativa aos 55 anos da primeira edição. Salvador-BA: Universidade Estadual de Feira de Santana, Fundação Pedro Calmon, 2012.

SANTOS, Rafael Barbi Costa. Sobre cultura e segredo entre os Xakriabá de São João das Missões/MG. Cadernos de Campo, São Paulo, n. 23, p. 1-381, 2014.

Silva, Breno Trindade. 2023. **O tradicional como perspectiva de futuro: relações ecológicas e conflitos ambientais entre as comunidades veredeiras do Norte de Minas Gerais.** Tese (Doutorado em Antropologia), Brasília-DF: Universidade de Brasília, 2023.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da Silva. Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 8, p. 119-156, 1997.

SILVA, Karla Karoline Rodrigues; MAIA, Cláudio Lopes. Latifúndio: uma análise a partir do arcabouço normativo do regime de sesmarias no Brasil. Revista de Direito Agrário e Agroambiental, Goiânia, v. 5, n. 1, p. 1 – 17, 2019.

SILVA, Luiz Geraldo. 'Pernambucanos, sois portugueses!' Natureza e modelos políticos das revoluções de 1817 e 1824. Almanack Braziliense, São Paulo, n. 01, p. 67 – 79, 2005.